



## ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 13.06.2011

Aos treze dias do mês de junho de dois mil e onze, às dezoito horas e quarenta e três minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, rua Hermann August

Lepper, nº 1100, Saguacu, realizou-se a centésima vigésima nona Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS-Jlle, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Convidou todos os conselheiros a participarem da 9ª Conferência Municipal de Saúde de Joinville, nos dias 17 e 18 de junho de 2011, com o tema “Todos usam o SUS; SUS na seguridade social; Política Pública Patrimônio do povo brasileiro”. Na sequência, procedeu à leitura da Pauta do dia: **1-EXPEDIENTES: 1.1 Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; 2-ORDEM DO DIA: 2.1 Discussão e análise da atual situação de funcionamento e atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde no Hospital Municipal São José, e na Rede Estadual de Saúde - Dalmo Claro de Oliveira- Secretário Estadual de Saúde; 3-ASSUNTOS DIVERSOS. 4- INFORMES GERAIS.** A **Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes**. A Presidente agradeceu a presença de todos e em especial do Secretário Estadual da Saúde, Dr. Dalmo Claro de Oliveira, convidando-o a compor a mesa de trabalho. A Presidente lembrou os assuntos discutidos na assembleia do dia vinte e um março do corrente ano, referente a situação específica do Hospital Municipal São José-HMSJ, onde foi solicitado a presença do secretário estadual em reunião do CMS-Jlle, e fez ao secretário alguns questionamentos. Perguntou como está a situação dos profissionais dos Hospitais de encargo administrativo do Estado, e a situação dos leitos, e também citou que na última prestação de contas ao Conselho, foram apresentados vários itens de responsabilidade da Secretaria de Estado que não estão sendo cumpridos. O Secretário Estadual de Saúde, Dr Dalmo Claro de Oliveira, cumprimentou todos os presentes e, agradeceu o convite para participar desta reunião. Referente aos profissionais nos Hospitais de responsabilidade do Estado, disse que há uma deficiência no quadro de funcionários, e que devido a Lei de Responsabilidade Fiscal, e até por uma questão de orçamento, no momento não é possível repor a falta destes profissionais. Quanto aos leitos, pontuou que há vinte e cinco leitos desativados no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt-HRHDS, e na Maternidade Darcy Vargas-MDV, disse desconhecer se há leitos fechados. Referente aos repasses, disse que acredita que a Secretaria Estadual de Saúde-SES está em dia, porém solicitou que este pedido fosse formalizado, a fim de se analisar o assunto detalhadamente. A Presidente questionou sobre a conclusão da reforma do centro cirúrgico da MDV. Doutor Dalmo esclareceu que a reforma foi possível devido a disponibilização de verba recebida pelo Estado em virtude das enchentes ocorridas em alguns municípios, mas que ainda não foi concluída devido a alguns problemas técnicos que estão sendo contornados, sendo que agora somente é necessário concluir processo de licitação para compra de ar condicionado. Conselheiro Mendes José Maulli disse ter dados que contrariam os apresentados pelo Secretário, sendo que o número de leitos desativados no HRHDS é na verdade de sessenta e, lamentou situação dos hospitais públicos, em especial os de Joinville, citando que o exemplo da MDV, onde segundo ele, acontece o desrespeito aos cidadãos, que esperam indefinidamente pela conclusão desta obra. Conselheiro José Martins, considerou que a situação do HMSJ é caótica, pois necessita de ampliação, de aumento no número de leitos, além de a infraestrutura estar decadente. Disse que se



fazem muitas obras, porém não as mais necessárias, pontuando que o quarto andar está há mais de vinte anos em reforma, e ninguém sabe para onde foram os recursos. Expressou opinião de que o HMSJ serve aos políticos da região como uma desculpa para desvio de verba pública, a exemplo do que a região Nordeste do Brasil serve para os políticos de Brasília. Manifestou-se decepcionado com a atual gestão municipal, que não tem tido a saúde como prioridade, e da qual esperava mais transparência. Concluiu sua fala perguntando se o Secretário teria um meio de resolver o impasse da greve dos servidores públicos municipais. Doutor Dalmo disse que em relação aos leitos, é necessário trabalhar com dados concretos, e solicitou ao conselheiro Mendes uma lista mais detalhada destes citados sessenta leitos desativados, indicando os respectivo setores, a fim de que possa ser verificado. Também citou que em alguns casos ocorre a diminuição do número de leitos, devido a adequação a novas leis que surgem, como por exemplo, o direito a acompanhantes para crianças, também ajustes exigidos pela Vigilância Sanitária ou o Ministério da Saúde, que algumas vezes cria normas que fazem exigências de espaços mínimos em metros quadrados para cada leito, portanto, algumas adequações acabam por diminuir o número de leitos. Referente ao desvio de recursos, comentou que foi coordenador do pronto-socorro do HMSJ a alguns anos atrás, e que não acredita que isso aconteça, porém, enfatizou que se o Conselho tiver provas, após um levantamento de dados meticoloso, esse fato deveria ser levado ao conhecimento da gestão, pois é algo que não pode ser deixado para trás. Quanto à gestão, garantiu que procura ser o mais transparente possível, procurando ser acessível e comparecendo a todas reuniões onde é solicitado sua presença, recebendo Sindicatos, visitando Hospitais, e assim por diante, apenas, pontuou que quando se trata de setor público, principalmente a nível estadual, as coisas tendem a ser um pouco lentas, sendo que a resposta nem sempre vem com a rapidez e agilidade desejada. Senhora Neide Poffo, conselheira local de saúde, expressou satisfação na nomeação do Doutor Dalmo como Secretário de Saúde do Estado, por seu histórico de trabalho dentro da Unimed, que é um modelo de hospital muito bem administrado. Identificou-se como funcionária do HRHDS, e perguntou se o Secretário tem alguma proposta salarial ao servidor estadual, que encontra-se com o salário defasado, mencionando que o salário do Estado é muito menor do que o do município. Também manifestou-se contrária a Lei de trinta horas de trabalho sem piso salarial para os profissionais de enfermagem, pois segundo ela, impedirá o benefício do segundo emprego como complemento de renda. Citou ainda o caso das Organizações Sociais-OS administrando hospitais públicos, o que gera polêmicas como por exemplo, a contratação de profissionais sem concurso público, além da possível constitucionalidade, e levantou questões com respeito a desvios de função e dispensa de licitação para compra direta. Senhora Salete, apresentou-se como funcionária da MDV, e disse que a situação da greve só piora a situação e qualidade do serviço do Sistema Único de Saúde-SUS. Expressou esperança que a situação se resolva o mais breve possível, pois segundo ela, salário é investimento e um direito. Senhora Claudete, manifestou opinião de que o usuário joinvilense está sendo tratado com descaso. Citou fato ocorrido com seu pai, que procurou atendimento no HRHDS, mas um grande período de espera causou uma piora em seu estado clínico. Disse que quando houve o atendimento, foi diagnosticada uma pneumonia, e foi prometido à família que ele teria toda a assistência, porém isso não aconteceu e, sem nenhuma assistência por parte de médicos ou enfermeiros, Claudete informou, emocionada, que seu pai veio a falecer. A



Presidente manifestou que este acontecimento era justamente o que o Conselho temia. Doutor Dalmo esclareceu que reuniu-se duas vezes com representantes do Sindicato, e que seu objetivo é buscar soluções para a greve, que tem causado desgastes para todos os lados. Concordou que o servidor está com um salário baixo, e que possui direitos, e pontuou que está buscando um meio de resolver o impasse. Referente às OS, disse que é um assunto complexo, e seria interessante haver uma reunião específica para tratar deste assunto, pois deve-se pensar no que é melhor para a população, provendo maior assistência, sendo importante também discutir qual o melhor modelo de gestão hospitalar.

Em relação a MDV, explicou que pretende-se passar de sete para dez o número de leitos na neonatologia, que é a capacidade tanto para a MDV quanto para o Hospital Materno Infantil Doutor Jeser Amarante Faria-HMIJAF. Dirigindo-se à senhora Cleudete, disse lamentar o fato ocorrido, e considerou que é necessário fazer uma apuração do caso, a fim de verificar se houve negligência. Doutor Tomio Tomita, diretor presidente do HMSJ, manifestou-se surpreso com o fala do conselheiro Martins, que enquanto conselheiro, acompanha a fiscalização e prestação de contas ao Conselho. Lembrou a todos que há dois anos e meio atrás, quando assumiu a direção do HMSJ, a instituição tinha uma dívida de R\$ 18.000.000,00 (dezesseis milhões de Reais), e hoje essa dívida está em média R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil Reais). Pontuou que diminuíram custos, sem prejudicar a qualidade, reformaram elevadores, compraram novos equipamentos, inauguraram novas alas como almoxarifado e setor de qualidade, e estão fazendo o melhor para a conclusão do quarto andar e outras reformas, porém o Hospital não tem poder para comandar o acompanhamento contratual destas empresas. Garantiu que se alguém souber de alguma denúncia, tomará providências. Concluiu que a instituição é séria, e solicitou uma retratação. A Presidente comentou que o HMSJ foi auditado pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS-DENASUS, e o relatório não apontou nenhuma irregularidade referente às contas da instituição. Doutor Renato, diretor presidente do HRHDS disse sentir muito pela Claudete e sua família, prometendo que o caso será averiguado. Esclareceu que a única ala fechada do Hospital é a ala C, em virtude de reforma. Manifestou apoio ao Doutor Tomio, dizendo que uma denúncia dessa não pode deixar passar em branco. Colocou-se à disposição de todos, dizendo que suas portas estão abertas para qualquer coisa que se necessitar, e complementou que procura a transparência de sua gestão. A Presidente estabeleceu ao conselheiro José Martins prazo de quinze dias para que apresente documentos que comprovem sua denúncia, submetendo a sugestão à aprovação do pleno. **A sugestão foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes.** Conselheiro Martins pediu a palavra, e explicou que não denunciou nada, apenas expressou opinião de que o HMSJ está sendo usado “*como Brasília, para desviar recurso do nordeste*”. A Presidente comentou que ao se usar a palavra “desvio” já se trata de denúncia. Na sequência, questionou o que se poderia fazer, a médio e longo prazo, a fim de melhorar a qualidade dos serviços de saúde, levando em consideração tanto a população quanto o servidor. Doutor Dalmo comparou a situação de alguns anos atrás com a situação atual, concluindo que hoje as pessoas vivem mais e com uma qualidade de vida melhor, o que gerou um aumento da demanda e consequentemente dos custos. Pontuou a importância de ação especialmente nas áreas de média complexidade, sendo que está-se programando mutirões a fim de diminuir um pouco as longas filas. Falou também que existe o objetivo de estruturar serviços de referência e, quanto a falta de leitos, expressou que em muitos casos o problema não é a



falta de leito, mas a falta de resolutividade que deve ser aprimorada, a fim de que haja mais giro de pacientes no mesmo leito. Considerou que os hospitais do município de Joinville são de grande importância para a região, e que apesar de serem pouco considerados, existem casos em que o usuário sente-se satisfeito com o atendimento recebido no SUS. Colocou-se à disposição para comparecer às reuniões do Conselho quando desejado, mostrando estar disposto ao diálogo. O Secretário Municipal de Saúde, Doutor Tarcísio Crocomo, cumprimentou a todos os presentes e enfatizou que apesar de ainda existirem muitas deficiências, também houve avanços significativos, como exemplo do exame de ultrassom, onde havia uma fila de espera de dezessete mil, que hoje diminuiu para dez mil, sendo que a tendência é que o número diminua mais até o final do ano. Citou também que no caso de alguns exames, não contemplados pela tabela, como o de oftalmologia, a SMS está comprando com licitação, com objetivo de zerar a fila. Com respeito aos mutirões, disse que é preciso planejamento, pois em alguns casos é preciso uma manutenção, e a demanda pode voltar a crescer. Enfatizou que tanto o HRHDS como o HMSJ são de grande importância não só para o município, mas também para a região, e que é um desafio diário cuidar do bem público, garantindo que o SUS assista a todos, conforme preconizam seus princípios. Manifestou que nesta reunião foram relatados fatos muito graves e, que como tais, devem obrigatoriamente ser apurados. Falou que uma medida que a SMS está tomando com objetivo de diminuição das filas é a qualificação dos encaminhamentos, porém as faltas a consultas por parte dos usuários é um fator que dificulta o andamento. Também mencionou que em reunião com representantes do HMSJ, e presença do Doutor Dalmo, foi assinado compromisso de assumir responsabilidades na organização das redes de urgência e emergência, sendo que ao mesmo tempo está-se trabalhando na organização da atenção básica, planejando a compra de equipamentos e assim por diante. Referente à greve, expôs opinião de que “greve em saúde beira a irresponsabilidade”, e informou que no dia de hoje o Sindicato rejeitou uma proposta apresentada pela Prefeitura. Concluiu sua fala agradecendo a todos. Na sequência, a Presidente solicitou que se manifestassem conselheiros interessados em participar do “Seminário Nacional sobre Serviço Civil em Saúde e sobre Demandas Judiciais no Âmbito do SUS”, a se realizar em Brasília-DF, nos dias 07 e 08 de julho. Apresentaram-se os conselheiros do segmento usuários: Euclides Paterno, representante do Conselho Local de Saúde-CLS Lagoinha; José Martins, representante do CLS São Marcos; e do segmento profissionais de saúde: Sonia Mara Maçaneiro e Nelson Renato Esteves, representantes da Associação Joinvilense dos Agentes Comunitários de Saúde-AJACS. **As indicações foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** A Presidente informou que a Comissão criada na última assembleia do CMS, para acompanhamento do impacto da greve no atendimento aos usuários do SUS, se reunirá no próximo dia quatorze, no período da tarde. Finalizou agradecendo a presença de todos, especialmente ao Secretário Estadual de Saúde, Doutor Dalmo. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do CMS-Jlle Cleia Aparecida Clemente Giosole deu por encerrada a centésima vigésima nona Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da qual eu, Cynthia Gabrielle Freitas Pereira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Fabricio Machado, Tomio Tomita, Holoísa Hoffmann, Corina Charlotte Keller, Heloisa Walter de Oliveira, Ademar Marcelo Soares, Nelson Holz, Técio Egon Paulo, Julio Theodoro**



185 **Moraes, Sonia Mara Maçaneiro, Nelson Renato Esteves, Marta Maria Vieira de S A. Artilheiro, Mari Estela Neikel Eger, Maria Leonora Rossi, Denise da Silva Gava, Mário Bruckheimer, Elza Olegini Bonassa, Antonio Carlos Fernandes Vieira, Julio Manoel Maria, Elza Francisco, Sergio Sant'ana, Mendes José Mauli, Daniel Tomazoni, Mario Luiz Alves, Elenice de Fátima Correa Krugüer, Jorge Onohara, Maria Emilia Vieira Fernandes, Mauren Bruckheimer, Marli Linpinski Wuff, Roberto Tavares, Nelson Antonio Souza, Pedro Celestino da Silva Junior Cléia Aparecida C. Giosole, Silvia Mara da Costa Fischer, Otávio Budal Arins, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Euclides Paterno, José Declarindo dos Santos, Josafá Távora,** quatro representantes dos Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Câmara de Vereadores de Joinville, Ielusc, Hospital Infantil Jeser Amarante Faria, Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, Rede Feminina de combate ao Câncer, 23ª Gerência, Secretaria Estadual da Saúde de Santa Catarina.

190

195